

Amazônia brasileira – vulnerabilidades e atividades que potencializam as ameaças à soberania nacional

Endrigo Buscarons da Silva*

Introdução

A Amazônia brasileira sempre despertou interesses diversos por uma gama de fatores que precisam ser analisados sistemicamente, sob um olhar amplo e coerente com a complexidade existente, desde o cenário internacional, passando pelo entorno estratégico até chegar aos interesses regionais.

A Amazônia Legal corresponde à totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos Estados do Mato Grosso e Maranhão, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.016.136,3 km², que corresponde a cerca de 60% do território brasileiro. A região abriga todo o bioma Amazônia, o mais extenso dos biomas brasileiros, que corresponde a 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta.

A região faz fronteira com sete países, é caracterizada pela dificuldade de acesso e pelos imensos vazios demográficos e é, ainda, dissociada do território nacional por uma dificuldade histórica de integração e de desenvolvimento sustentável, tema bastante atual e presente na agenda internacional, em especial na agenda do Sistema das Nações Unidas.

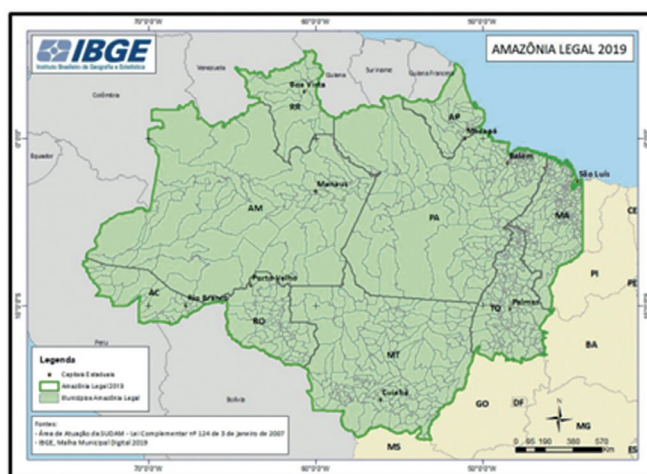


Figura 1 – Amazônia Legal
Fonte: IBGE

A existência de vazios demográficos com áreas praticamente não integradas ao território brasileiro e a ausência do Estado brasileiro em inúmeros rincões amazônicos criaram um vácuo de poder, que abriu espaço para atuação de diversos agentes internos e externos, financiados por capitais governamentais e estrangeiros.

Diversas atividades existentes na região geram crises, utilizadas de forma indiscriminada para favorecer interesses, diretos ou indiretos. Isso é ampliado por variados atores nacionais e internacionais, criando insta-

* Maj Cav (AMAN/2003, EsAO/2012, ECEME/2020). Atualmente, é instrutor na ECEME.

bilidades, que acabam por favorecer objetivos traçados de internacionalização da Amazônia como patrimônio mundial e a consequente relativização da soberania brasileira.

Surgem, então, diversas ideias e mecanismos legais como soluções para mitigar possíveis problemas, que, propositalmente, são repercutidos fortemente no campo informacional pelas mídias, sociais e convencionais, e ainda são fomentadas por agências governamentais, organismos internacionais e atores de relevância internacional.

As questões da Amazônia atraem a mídia internacional e potencializam a motivação para as ações de organizações não governamentais (ONGs), que se mobilizam cada vez mais para “a solução desses problemas” (ZENDIM, 2004).

Nesse mesmo contexto, os recursos naturais estratégicos são elementos da natureza vitais para a sociedade e, por isso, disputados mundialmente. A posse ou domínio deles pode representar vantagens econômicas e geopolíticas, sem contar a própria preservação da vida e das populações dos espaços envolvidos.

Em 2018, os recursos minerais da classe dos metálicos responderam por cerca de 80% do valor total da produção mineral brasileira. Dentre essas substâncias, 11 destacam-se por corresponderem a 99,7% do valor da produção da referida classe, quais sejam: alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco. O valor desses 11 minerais totalizou 103 bilhões de reais, com destaque para a expressiva participação do ferro nesse montante (69,9%) (BRASIL, 2019a).

Assim, são exemplos desses recursos presentes na Amazônia e que influenciam as políticas de segurança e defesa: os minerais estratégicos, os solos agricultáveis, a água doce, o petróleo, as terras raras, as reservas florestais e sua biodiversidade, o potencial hidroelétrico, dentre outros.

Uma peculiaridade das reservas minerais da Amazônia é que elas ocorrem em camadas muito rasas do solo, facilitando sobremaneira a sua exploração, como, por exemplo, na província mineral de Carajás, no sul do Pará. Vários minerais são encontrados na região, com especial destaque para o ouro, minério de ferro,

pedras preciosas, nióbio, cassiterita, bauxita, manganês, petróleo, caulim e minerais radioativos. Essa abundância e diversidade mineral, se, por um lado, pode favorecer o desenvolvimento da região, por outro, desperta o interesse internacional, na medida em que se torna uma ameaça às grandes empresas multinacionais que monopolizam o setor (PIMENTA, 2002).

Além dessas riquezas, a Amazônia detém a mais elevada biodiversidade, com o maior banco genético do planeta, 1/5 da disponibilidade mundial de água potável e apresenta imenso potencial genético com princípios ativos de inestimável interesse econômico e social, além de oferta de produtos florestais com alto valor no mercado.

Outro tema relacionado à biodiversidade e que é reverberado nos principais fóruns internacionais são as queimadas. Essa é apenas a face mais visível da exploração da Amazônia, pois, por trás da derrubada da mata e do fogo, estão poderosos interesses.

A crise envolvendo focos de incêndio descontrolados na região amazônica, em 2019, levou o Brasil a entrar em divergência com alguns países. A repercussão internacional levou o governo brasileiro a adotar medidas no combate às queimadas, empregando, inclusive, as Forças Armadas, por meio da Operação Verde Brasil.

O Brasil concentra cerca de 10% do total das florestas do mundo, sendo a segunda maior área florestal – atrás apenas da Rússia. A Amazônia brasileira corresponde a cerca de 60% das florestas nativas do país, responsável por grande parte da produção de madeira do Brasil. A região amazônica também participa com o maior percentual da oferta de produtos não madeireiros, além de contribuir, expressivamente, com os serviços ambientais gerados pelas matas nativas do Brasil (VERISSIMO, 2006).

Há, ainda, as grandes reservas de água, que já estão em falta em alguns lugares, com tendência de escassez em poucos anos. Nesse sentido, o Nobel de economia Gary Becker registrou que a água já deveria estar com o tratamento igual ao do petróleo, dada a sua importância estratégica (VEJA, 2011).

Todas essas características geram diversas vulnerabilidades e atividades irregulares, que, sobrecarregadas de interesses, reverberam contra o Estado brasileiro e

suas tentativas de desenvolvimento sustentável, bem como para a integração ao restante do país.

Vulnerabilidades e idiosincrasias amazônicas

Outras vulnerabilidades da região são os índices psicossociais. A população da Amazônia Legal aumentou de 8,2 milhões, em 1972, para 28,1 milhões de habitantes, em 2020, o que representa cerca de 13% da população brasileira. A densidade demográfica na região é ainda baixa: 5,6 habitantes por km².

O baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), média de 0,674, é bem abaixo da média nacional de 0,710, o que torna seu povo suscetível a diversas atividades ilegais em busca de melhores condições de vida.

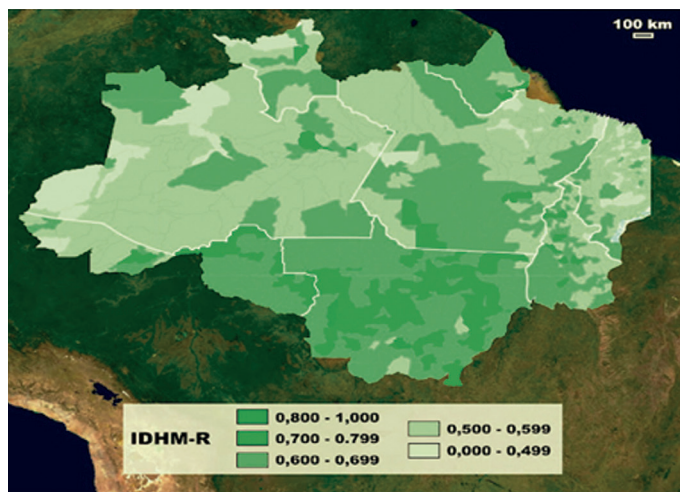


Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Fonte: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>

Sua população é composta por cerca de 440 mil índios diluídos em cerca de 180 diferentes povos, além de vários grupos ainda isolados do mundo até os dias de hoje. O restante do povo local é proveniente de diversas ondas migratórias de todas as regiões do país, que vieram por diversos motivos que permeiam o incentivo pecuarista, incentivos governamentais para a ocupação da região e a mineração, dentre outros.

A histórica presença dos índios na região e o fato de algumas etnias ainda serem isoladas trazem à tona a chamada *questão indígena*. A retórica da dívida histórica advinda da ocupação do continente e a possibilidade de manutenção das suas tradicionais culturas são marcadas pela crescente demarcação de terras para os índios (TIs).

Há, nesse mesmo sentido, as diversas unidades de conservação (UCs) ambientais federais, estaduais e municipais. Essas grandes áreas dentro do território nacional ficam sob fiscalização de várias agências governamentais, como o ICMBio, o IBAMA e a FUNAI, dentre outras. As UCs (22%) e as TIs (21%) ocupam juntas 43% da Amazônia Legal, cerca de 2,1 milhões de km².

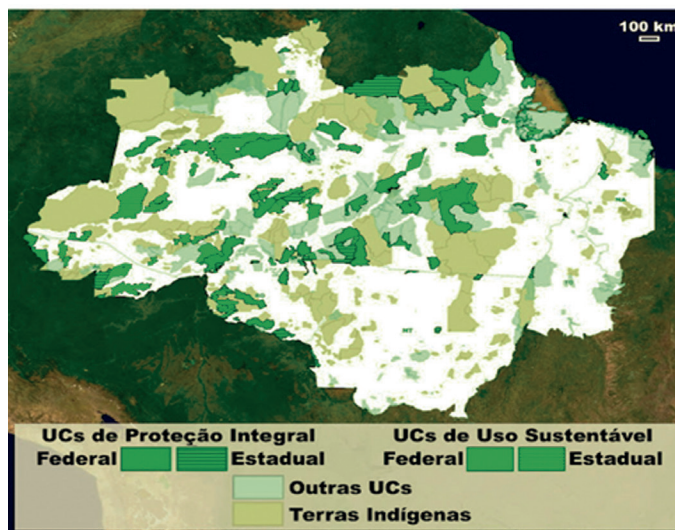


Figura 3 – UCs e TIs na Amazônia
Fonte: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>

A vulnerabilidade se identifica com vastas regiões ricas, que, por estarem demarcadas, sejam UCs ou TIs, impedem a presença organizada do Estado brasileiro. Salientam-se os casos dos Estados de Roraima e Amapá, que têm cerca de 70% de terras protegidas, que dificultam sua sustentabilidade econômica.

Um recurso estratégico que avulta de importância na região amazônica é a abundância de suas reservas de água doce. Os volumosos rios, como o Amazonas, o

Xingu, o Tocantins, o Tapajós, o Negro, e o Aquífero-Alter do Chão, dentre outros, montam a rede hidrográfica mais extensa do mundo. Dessa forma, cresce a preocupação com a preservação das florestas, que garantem a evapotranspiração, a manutenção do ciclo hidrológico no continente sul-americano e o atual volume dos rios.

Como destaca Becker (2005, p. 78), a água é considerada o ouro azul do século XXI, em termos globais, porque há escassez e consumo crescente no mundo, sobretudo nos países semiáridos que utilizam a irrigação.

O volume fantástico de água doce, estratégico em todos os sentidos, atrai enorme interesse ambiental e econômico. No subsolo, porém, encontram-se reservas minerais preciosíssimas – um grande recurso estratégico a ser protegido e, também, devidamente explorado em prol do Brasil (PEDRO, 2019).

A biodiversidade, o conhecimento dos povos nativos sobre o uso farmacológico da flora, a diversidade da fauna, a capacidade florestal de contribuir para a estabilização do clima e o regime natural de regulação de precipitações hídricas no planeta são bens de interesse mundial. As grandes potências econômicas e militares mundiais, no entanto, ambicionam sobretudo os recursos minerais amazônicos (PEDRO, 2019).

A Amazônia representa a última fronteira mineral importante do planeta. A região possui um potencial mineiro enorme, pouco aproveitado. Os principais recursos minerais que estão sendo explorados, especialmente na região da serra dos Carajás, incluem ouro, cobre, níquel, manganês e, sobretudo, ferro.

Existem também extensos depósitos de bauxita (matéria-prima para a produção de alumínio), que estão concentrados em três distritos principais: Trombetas (médio Amazonas), Almeirim (baixo Amazonas), Paragominas e Tiracambu (Pará). Esses distritos são responsáveis pelo terceiro maior potencial em bauxita do mundo (SANTOS, 2002).

O cobre é encontrado em Carajás. A mineradora Vale S.A. está expandindo a produção e acredita-se que a área pode vir a se tornar um dos mais importantes polos de produção do metal no mundo (NOBRE, 2014).

Merecem destaque os expressivos depósitos de ouro que existiam na porção leste de Carajás. Durante 6 anos, foram produzidas cerca de 50 toneladas de ouro. Mais do que a quantidade, entretanto, o que impressionava nesse depósito era a concentração do ouro: durante o garimpo, foram retirados blocos com até 60 quilos (SANTOS, 2002).

Com relação aos combustíveis fósseis, programas realizados pela Petrobrás nas últimas quatro décadas levaram à localização de depósitos de óleo e gás. As descobertas mais significativas ocorreram na região dos rios Juruá (gás) e Urucu (gás e óleo), na sub-bacia do alto Amazonas (NOBRE, 2014).

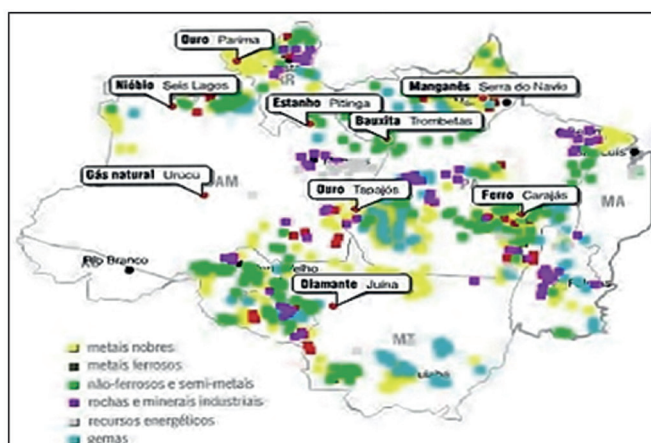


Figura 4 – Minerais na Amazônia
Fonte: <https://www.ambientelegal.com.br>

Além disso, a posse de solos agricultáveis é vista atualmente como estratégica. O aumento da população mundial e, por consequência, do consumo de alimentos, exige que os países aumentem o nível de preocupação com a segurança alimentar para seus habitantes (COELHO; TERRA, 2005, p. 200).

A maior parte dos países utiliza entre 20% e 30% do território com agricultura. Os países da União Europeia usam entre 45% e 65%. Os Estados Unidos, 18,3%; a China, 17,7%; e a Índia, 60,5%. As maiores áreas cultivadas estão na Índia (179,8 milhões de hectares), nos Estados Unidos (167,8 milhões de hectares), na China (165,2 milhões de hectares) e na Rússia (155,8 milhões

de hectares). Somente esses quatro países totalizam 36% da área cultivada do planeta (EMBRAPA, 2017).

Por outro lado, o Brasil utiliza apenas 7,6% de seu território com lavouras, somando cerca de 64 milhões de hectares. Nesse sentido, se comparado aos maiores produtores agrícolas, o Brasil tem a maior capacidade de expansão das áreas plantadas, especialmente na Amazônia, gerando um enorme potencial para a garantia da segurança alimentar da população (EMBRAPA, 2017).

Conforme o IBGE, associada ao processo de expansão da fronteira agrícola, está a entrada da agricultura capitalizada na Amazônia. Isso contrasta com o empenho das populações locais em preservar suas formas coletivas de apropriação e uso dos recursos naturais, contando para isso com forte apoio internacional.

A introdução de novas tecnologias, métodos e culturas no campo, cujos efeitos afetam o ambiente natural – via desmatamento, erosão e poluição hídrica, entre outros – recai sobre a geração de renda, emprego e condições gerais de vida de sua população, gerando um ciclo que mantém os baixos índices de IDH da região, que, por sua vez, também mantém sua população em condição de vulnerabilidade.

Dentre os elementos centrais que acompanham e induzem o movimento de transformação nessa região, a expansão da rede viária conjugada à da rede de cidades e vilas constitui fator preponderante na dinâmica de expansão da fronteira agropecuária.

Servindo de ponto de apoio técnico e operacional, além de polo de difusão da comunicação regional, as cidades do interior amazônico concentram, cada vez mais, os serviços e a mão de obra envolvidos na realização, em bases modernas, do processo de produção agroindustrial.

Nesse sentido, não só a expansão agropecuária está intimamente associada ao desenvolvimento dos demais setores econômicos, como existe uma ordem de precedência nessa associação, no sentido de que o crescimento da agropecuária antecede (e determina) o crescimento da indústria e dos serviços, mesmo em áreas onde a política pública não atuou, fundamentalmente, em apoio às atividades urbanas.

A expansão da produção e a contínua ampliação/intensificação das áreas incorporadas às atividades agropecuárias ampliam a demanda interna e atraem investimentos em infraestrutura, criando um vasto leque de oportunidades não só para o setor industrial, mas também para os setores de serviços envolvidos diretamente no agronegócio na Amazônia.

Além dessas oportunidades geradas, os serviços ligados diretamente à população urbana constituem um dos ramos que têm se beneficiado diretamente com o surgimento e ampliação das pequenas e médias cidades situadas na fronteira amazônica, envolvendo, nesse sentido, a demanda por escolas, serviços médicos e de alimentação, além de estimular o crescimento do comércio local, ampliando o leque de atividades reveladoras da sólida associação campo-cidade que acompanha, na atualidade, a expansão da fronteira agropecuária na Amazônia.

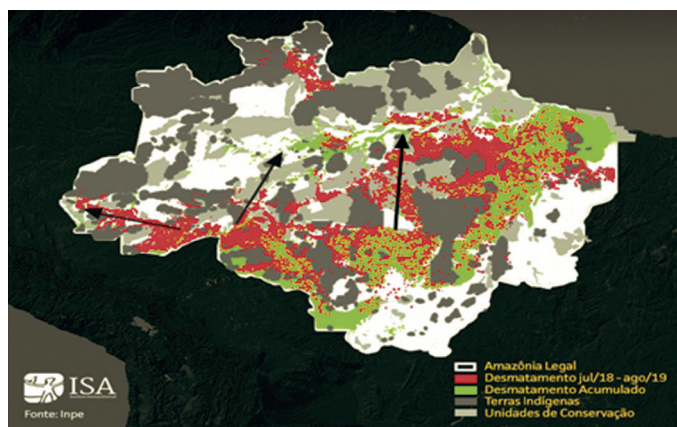


Figura 5 – Expansão da fronteira agrícola
Fonte: INPE

Outro recurso estratégico presente na Amazônia são suas florestas, que contribuem, em grande parte, com a produção de madeira do país. O Brasil concentra cerca de 10% do total das florestas do mundo, sendo a segunda maior área florestal – atrás apenas da Rússia (VERISSIMO, 2006).

Na Amazônia brasileira, a biodiversidade desponta, atualmente, como um dos recursos mais valiosos para a

região e o país, com um alto potencial para o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao inventário e à sua exploração. Desse modo, esse patrimônio assume uma importância estratégica, tornando-se reserva de valor pelos possíveis usos e benefícios econômicos e sociais que pode trazer (MIGUEL, 2007).

Sua potencialidade se vincula ao controle de seu patrimônio genético, fonte de possíveis descobertas (na medicina) e usos (da matéria-prima) por meio da transformação que novas tecnologias proporcionam, beneficiando governos e empresas privadas mais desenvolvidas no campo científico-tecnológico. É importante destacar que as sociedades mais avançadas cientificamente (EUA, China, Alemanha, França, Inglaterra e Japão) dependem amplamente do suprimento de recursos naturais (SÁ, 2019).

Conforme Vieira (2005), como grande parte da biodiversidade do planeta se concentra em países tropicais, que, normalmente, são tidos como periféricos, desenha-se uma geopolítica de controle desses territórios pelos países hegemônicos. O Brasil está incluído entre os países dotados da chamada megadiversidade, com a maior concentração de biodiversidade do planeta.

O Brasil possui entre 10% e 20% de todas as espécies já catalogadas no mundo. O país já catalogou 55 mil espécies de plantas com semente (22% do total mundial), 502 espécies de mamíferos (10,8% do total), 1.677 espécies de aves (17,2%), 600 espécies de anfíbios (15% do total) e 2.657 espécies de peixes (10,7% do total) (MIGUEL, 2007).

As atividades relacionadas

Um problema recorrente na região é a “grilagem”, que é a prática criminosa que envolve invadir, ocupar, lotear e obter ilicitamente a propriedade de terras públicas para uso particular, por meio de desmatamento e violência, com ou sem fraude documental e sem a devida autorização do órgão competente, infringindo as legislações vigentes.

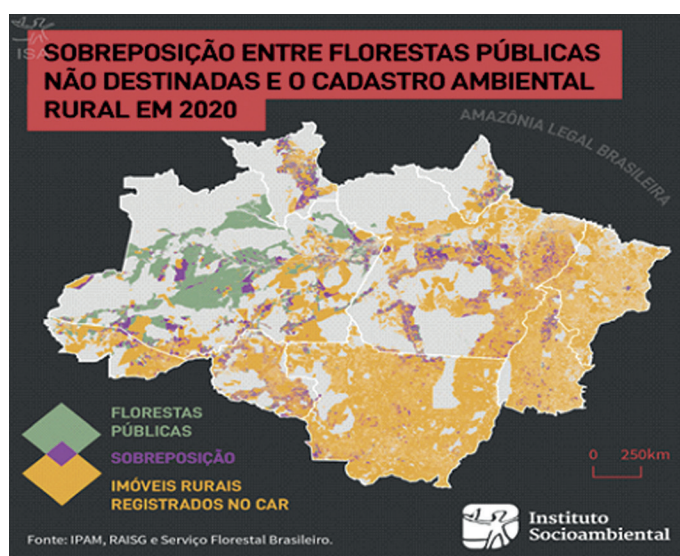


Figura 6 – Sobreposição de áreas preservadas e tentativas de regularização fundiária

Fonte: <https://site-antigo.socioambiental.org>

Por ser um negócio altamente lucrativo, tem íntima relação com outros tipos de crime, como garimpo e narcotráfico, sendo quase sempre praticado por grupos organizados e bem capitalizados, que, não raramente, utilizam pequenos produtores como “laranjas”, ou seja, aqueles que aparecem como invasores, como se estivessem reivindicando a terra para si, quando, na verdade, são apenas pagos para estar na linha de frente.

O desmatamento está também ligado à grande extração ilegal de madeira. Atividade altamente lucrativa, por se tratar de madeira de lei com alto valor comercial mundo afora, vem, a exemplo da fronteira agrícola, expandindo sua área de atuação. O excesso de burocracia, normas e impostos, entretanto, impedem a extração sustentável e organizada.

A fronteira antiga, no leste do Pará, tem atualmente poucos polos madeireiros, um resultado da exploração predatória sem manejo, que leva à exaustão dos recursos e a um colapso da atividade nessas regiões. Isso torna impossível checar o quanto de extração de madeira ocorreu de forma irregular, o que prejudica a proteção da floresta e de seus povos, a imagem do país e os consumidores.

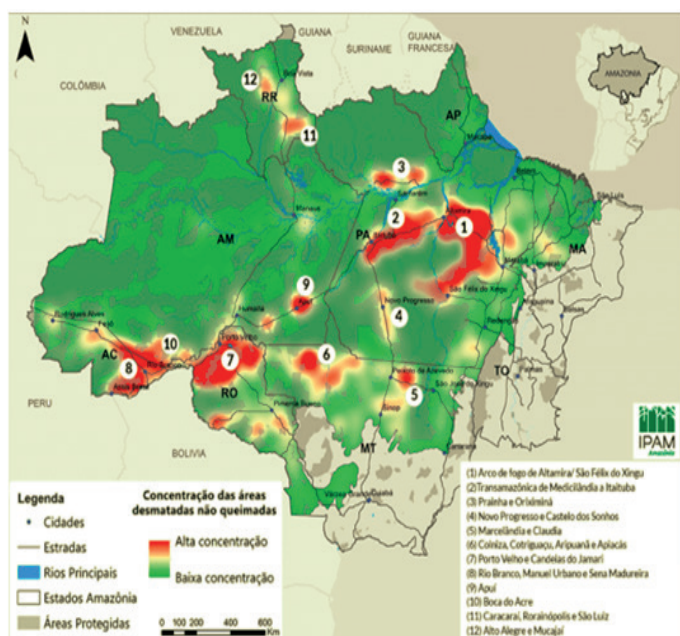


Figura 7 – Desmatamento
 Fonte: <https://ipam.org.br/>

O garimpo ilegal é outra atividade que ocorre sobretudo na região norte do país, em áreas de fronteira e, muitas vezes, dentro de territórios indígenas e de preservação ambiental. A atividade clandestina causa desmatamento, sendo responsável pela contaminação das águas, do solo e do ar por mercúrio.

Em 10 anos, a atividade avançou 495% em terras indígenas e 301% em unidades de conservação ambiental, segundo dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), de 2020, sendo foco também de fluxos migratórios internos em busca dessas regiões de garimpo.

Entre as principais consequências dessas atividades está o aumento do desmatamento, das queimadas, da concentração fundiária e da violência no campo. Nos últimos anos, está ainda relacionada com a tentativa do governo em regularizar diversas terras na região.

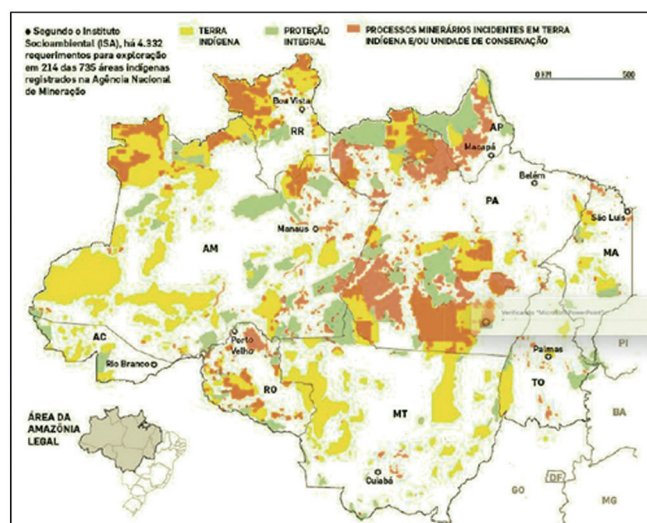


Figura 8 – Mineração na Amazônia
 Fonte: ISA

Há, ainda, na região, o problema do narcotráfico e sua influência, potencializando as demais atividades. Segundo Fleck (2010), o Brasil faz fronteira com os maiores produtores mundiais de cocaína, onde atualmente atuam as narcoguerrilhas. Existe nessa região extensa faixa de fronteira de difícil controle e, conforme D'Alama (2012), o país é o segundo maior consumidor mundial de cocaína e derivados, e a Amazônia importante rota internacional.

Conforme Pública (2021), os diferentes modais de transporte da região são utilizados pelo crime organizado e há sobreposição territorial de diferentes ilegalidades e violências. Nesse sentido, narcotráfico, desmatamento, grilagem de terras ou garimpos ilegais são tipos de ilegalidades que, no mundo formal, demandariam a atenção de diferentes agências de fiscalização e controle. Quando esses organismos não atuam de forma integrada e existem fricções federativas e entre órgãos de Estado, não surpreende que muitos dos pontos de ocorrência desses ilícitos sejam exatamente aqueles locais/municípios com maiores taxas de mortes violentas intencionais.

E prossegue afirmando, ainda, que, na disputa por quem tem a competência legal para atuar no território, criam-se brechas por falta de governança e coordenação, que são utilizadas pelas redes de ilegalidades, que,

muitas vezes, essas sim, estão conectadas e atuando de forma articulada.

A existência, portanto, dessa rota do narcotráfico, como porta de entrada marítima, aérea e terrestre de drogas e armas que vêm para o Brasil e depois seguem para países consumidores, favorece a instabilidade regional, conforme observado nas recentes disputas entre facções na região amazônica.

Conforme Francisco (2022), no relatório sobre Estratégia Internacional de Controle de Narcóticos, o Brasil é o principal exportador de drogas para os Estados Unidos. O país possui condições favoráveis para o narcotráfico, pois tem um grande mercado consumidor (atualmente, é o segundo maior do mundo), posição geográfica estratégica para o transporte internacional de drogas e faz fronteira com três dos grandes produtores de cocaína e maconha. Cerca de 10% do dinheiro arrecadado pelo narcotráfico ficam em terras brasileiras.

Ainda segundo Francisco (2022), além da venda de substâncias ilícitas, os narcotraficantes estão envolvidos com roubos de carros, bancos, caixas eletrônicos, tráfico de armas, crianças, órgãos humanos, prostituição, pornografia infantil, sequestros, lavagem de dinheiro, financiamento de campanhas políticas.

Alguns atores atuantes

Os meios de comunicação tradicionais praticam um jornalismo opinativo, que coexiste com a tendência mais recente de se fazer um jornalismo de informação. Orientados para a elite e os formadores de opinião, esses jornais compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas e formatar questões, influenciando percepções e comportamentos sobre os temas apresentados (AZEVEDO, 2006).

Assim, os interesses por trás de cada meio de comunicação ficam evidentes pela maneira como as notícias são organizadas e priorizadas. Para isso, cada um desses meios utiliza processo de agendamento de temas. Com isso, a mídia procura obter o monopólio de paular, de acordo com seus interesses e conveniências, as várias agendas: governamentais, políticas ou sociais.

Observa-se, no agendamento de notícias sobre a Amazônia, uma tendência transnacional favorável à perspectiva ambientalista, claramente associada ao desejo de assegurar a manutenção da biosfera e as formas de relacionamento não predatório do homem em relação ao ambiente, reforçando a crença de que é uma reserva singular da biodiversidade do planeta e que, ainda, sua eventual transformação trará a aceleração das mudanças climáticas (MENDES e DE MELO, 2010).

Conforme Bueno (2002), a região da Amazônia constitui-se em uma realidade distante da experiência direta da grande maioria da população mundial. Assim, as opiniões firmadas sobre essa porção do território nacional refletem crenças derivadas, ou seja, são opiniões constituídas a partir da apropriação da vivência e do julgamento de terceiros com percepções distorcidas e equivocadas.

Dessa forma, o forte apelo dos movimentos ambientalista e indigenista internacionais, da preservação do meio ambiente e, mais recentemente, das chamadas “mudanças climáticas”, exerce uma pressão muito grande sobre o agendamento dos meios de comunicação, criando a antipatia da opinião pública e pressionando governos soberanos a adotar os preceitos de uma agenda de interesses difusos (PEREIRA, 2021).

A infraestrutura e a tecnologia de comunicação se encontram sob controle ou financiamento das multinacionais, as quais selecionam e determinam a informação e as imagens que chegam ao público em geral, condicionando em alto grau a opinião pública internacional (DIAS, 2010).

Na mesma linha, conforme Cordeiro (2019), é observável também a ação de organizações não governamentais (ONGs), cerca de 15 mil, que utilizam as agendas de preservação do meio ambiente, da difusão religiosa e da manutenção da cultura indígena na região com impactos na elaboração de políticas governamentais na região.

Segundo Fernandes (2022), as narcoguerrilhas, surgidas da associação entre traficantes de drogas (narcóticos) com guerrilhas revolucionárias, passaram a conseguir fundos a partir da lucratividade das práticas ilícitas do tráfico e de seus tentáculos internacionais, com contrabandistas de armas, explosivos e munições.

Essas facções fizeram aliança com os cartéis, o que também implicou o aumento vertiginoso da violência.

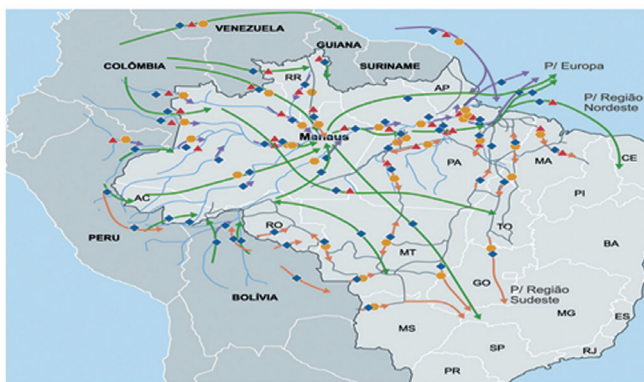
As facções brasileiras, por sua vez, enfrentam-se pela disputa do controle no país, como observamos recentemente nos episódios dos presídios amazonenses. Ainda, de acordo com Madeiro (2022), a conhecida rota Solimões está sendo disputada e usada por PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho) e FDN (Família do Norte), e é hoje o principal corredor de transporte de drogas da Amazônia.

Conforme Stochero (2017), essa rota pela fronteira com Peru, Colômbia e Venezuela é a porta de entrada de drogas e armas e seria utilizada pela FDN para a realização de negócios com outras organizações, possuindo, ainda, segundo a PF, contatos com políticos, advogados, vereadores e membros do poder público.

Essas organizações atuam no tráfico internacional, na busca pelo poder e por dinheiro e, assim, corrompem e fabricam políticos alinhados, desestabilizando instituições, controlando territórios e causando instabilidade regional.

Mapa síntese das Redes do narcotráfico na Amazônia

— Rota por transporte aéreo — Rota por transporte fluvial/marítima — Rota por transporte rodoviário
 — Rodovias — Hidrografia — Skank — Maconha — Cocaína



Fonte: Projeto de Pesquisa Cartografias da Violência da Amazônia

Figura 9 – Rotas do narcotráfico
 Fonte: O Globo

Nesse mesmo sentido, existem os fundos de investimentos, como, por exemplo, o Fundo Amazônia, que condiciona seus recursos à redução das emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, conforme *site* próprio.

Conforme Prizibiszki (2019), até o fim de 2018, o Fundo Amazônia recebeu aproximadamente R\$3,4 bilhões em doações, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7% do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5% da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Em reportagem ao *site Exame*, observa-se que o governo brasileiro tenta recuperar o fluxo de investimentos no Fundo Amazônia, iniciativa criada em 2008 para financiar projetos de combate ao desmatamento na floresta, cortados por mudanças nas regras de gestão do fundo, o que fez os dois maiores doadores, Alemanha e Noruega, pararem de depositar o dinheiro.

No mesmo sentido, o *site Exame* ainda traz que, ao mesmo tempo, os governadores da Amazônia Legal, por meio do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, iniciaram um movimento para negociar diretamente a liberação dos recursos, passando por cima do governo federal.

Ressalta-se, nesse cenário, a proposta de criação de um grande corredor ecológico, abrangendo 135 milhões de hectares de floresta tropical, dos Andes ao Atlântico, passando pela Amazônia — o triplo A.

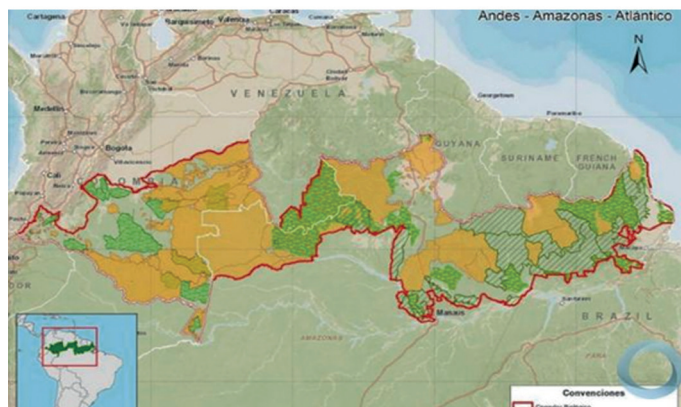


Figura 10 – Corredor Triplo A
 Fonte: www.defesamet.com.br

Conclusão

A Amazônia brasileira é, ainda hoje, um imenso espaço de terras ricas em recursos de toda sorte. A pouca presença do Estado, porém, deixa sua população vul-

nerável e suscetível a interesses de todos os matizes, que acabam materializando ameaças à soberania brasileira, em especial no que diz respeito a tomar decisões, ações e medidas que definam os destinos de uma importante parcela territorial da nação.

As vastas terras disponíveis, o baixo IDH, a ausência da eficiência do Estado e a baixa integração nacional, aliados à diversidade de interesses econômicos, geopolíticos e psicossociais, geram atritos locais, nacionais e internacionais.

A criação de diversas áreas de conservação e reservas indígenas contrastam com as atividades de expansão da fronteira agrícola, com as descobertas de jazidas auríferas clandestinas e com a extração ilegal de madeira. Essas atividades ocorrem, com a aquiescência dos índios ou não, dentro e fora de áreas protegidas e são altamente lucrativas.

Ocorre ainda, em sentido global, a grande busca por *commodities*, em especial pelos potenciais minerais, que atraem interesses de multinacionais e países, em busca da manutenção dos preços, do controle de reservas estratégicas e a garantia de produção e lucros.

O mesmo raciocínio serve para a expansão da fronteira agrícola, que pode aumentar sobremaneira as terras agricultáveis brasileiras altamente produtivas, confrontando o mercado internacional das *commodities*, um mercado tradicionalmente protecionista.

No Brasil, a pressão contra o desmatamento coloca especialmente o agronegócio, que atualmente representa cerca de 27,4% da economia nacional, como principal vilão, impedindo a correta e judiciosa expansão agrícola de maneira sustentável, mesmo com o país sendo modelo a ser seguido no tocante às legislações ambientais.

Tal pressão ocorre por meio de ativistas, agências e personalidades de renome, que usam mídias convencionais e sociais, reportagens, ONGs, declarações e protestos em organismos internacionais, sanções, como a retirada de investimentos internacionais no país, sempre enaltecendo a dificuldade de controle do Estado brasileiro, criando fricção interna entre as esferas federais e estaduais.

O patrimônio genético, da fauna e da flora, também traz possibilidades no campo científico-tecnológico

para o desenvolvimento de pesquisas, do uso medicinal e de matéria-prima, que podem concorrer no mercado global, contrastando com o desmatamento desordenado.

Essas questões dificultam até mesmo o desenvolvimento sustentável da região, inviabilizando a construção de infraestrutura necessária, a instalação de parques fabris, a exploração mineral e o estabelecimento ordenado do agronegócio, necessários para o adequado progresso regional como indutor para o aumento do IDH, para índices condizentes com a média nacional, sem que haja prejuízos à preservação da biodiversidade.

No mundo de hoje, existem locais onde a escassez hídrica já provoca conflitos perenes. Na Ásia, no Oriente Médio e na África, ocorrem as chamadas *guerras hídricas*, que visam garantir as reservas de água doce. E a Amazônia é uma das mais importantes regiões de concentração de água doce no mundo, recurso cada vez mais estratégico e essencial para a sobrevivência dos povos.

A busca da população por oportunidades e melhores condições de vida, portanto, gera conflitos de interesses entre fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, narcotraficantes, ativistas e indígenas. Como exemplos disso, temos a grilagem, a concentração fundiária, o desmatamento desordenado, a biopirataria, a mineração e a guerra pelo controle das rotas de narcotráfico internacional.

Segundo Couto (2022), o crime organizado conseguiu compreender esse cenário de fragilidade e promoveu articulações multi-institucionais em atuações que envolvem tráfico de drogas, armas, pesca, garimpo ilegal, biopirataria, que torna [o crime] muito mais rentável e eficaz com fluidez.

Algumas atividades já fazem parte de modo de viver regional, em especial a extração vegetal e o garimpo, que atraem os habitantes locais em busca de locais de maior extração. Muitas vezes, essas áreas se confundem com unidades de conservação ou terras indígenas.

Tudo isso gera atritos com as agências que têm a responsabilidade fiscalizatória, bem como apoiam as narrativas na mídia e de ONGs sobre desmatamento,

queimadas e garimpos ilegais, que, além de desmatar, também poluem as reservas de água doce da região.

Ampliada pela opinião pública, esse eterno clima de instabilidade dificulta a atuação do Estado brasileiro na região, retirando a liberdade de ação dentro do território nacional, com diversos instrumentos de pressão. Alguns deles são o corte de investimentos internacionais, declarações e entendimentos no sistema Nações Unidas, a demarcação de unidades de conservação e terras indígenas, declarações de personalidades internacionais e pressões diretas de governos com interesses diversos na região.

Nesse sentido, tem-se alegado falta de capacidade brasileira em controlar, administrar e preservar a região amazônica, ameaçando a soberania nacional e criando-se dificuldades em acordos comerciais com o Brasil. Isso representa, ao mesmo tempo, um obstáculo para a realização de importantes obras de infraestrutura na região amazônica, impedindo a formação de eixos de integração entre os países amazônicos e garantindo a preservação das riquezas da região para uma exploração futura.

Segundo Pública (2021), é preciso aprofundar o conceito de “soberania verde”, que tenta articular o debate sobre o modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável com a necessidade de se repensar a forma de se garantir a plena soberania do território brasileiro.

Por fim, torna-se urgente uma convergência de ações nacionais, unindo o Estado, a mídia, os diferentes organismos e agentes, bem como a sociedade em busca de integrar e desenvolver de maneira sustentável a região, para evitar a entrada de agentes internacionais e seus interesses difusos, fortalecendo a nossa soberania em grande e importante parcela de território nacional.

Assim, pode-se potencializar o desenvolvimento nacional para colocar o Brasil na linha das potências mundiais e, com isso, tornar o país importante *player* internacional e referência ambiental, na defesa das campanhas contra o aquecimento global e das emissões de carbono, bem como na defesa dos interesses indígenas.

Referências

ABREU, Francisco de Assis Matos de. **Mesa redonda: O Aquífero Amazônia**. 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Rio Branco, 2014.

AZEVEDO, Fernando A. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Campinas: Opinião Pública, vol. 12, nº 1, p. 88-113, abril/maio, 2006.

ANDRADE, Luciano Barros de. **As ameaças para o Estado brasileiro na defesa da Região Amazônica**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BARROS JUNIOR, Roberto Carlos Nattrodt. **Os reflexos do processo de paz das FARC para a Colômbia e para o Brasil em relação à geopolítica da Amazônia**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Revista de Estudos Avançados, vol.19 nº 53, São Paulo: USP, jan/abr 2005.

BRASIL. **Amazônia e Atlântico Sul**: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. Brasília: IPEA: NEP, 2015.

BRASIL. (2019a). **Anuário mineral brasileiro**. Brasília: Agência Nacional de Mineração, 2019.

BUENO, Magali F. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia**: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do estado, dos livros didáticos de geografia e da mídia impressa. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

CENSIPAM. Sítio eletrônico. Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br/sobre/institucional>>. Acesso em: 12 set 22.

CEPE (Centro de Estudos de Política e Estratégia). **Geopolítica dos Recursos Naturais**: Impactos para a segurança e defesa. Rio de Janeiro: ECEME, 2016.

COELHO, Marcos Amorim; TERRA, Lygia. **Geografia Geral**: O Espaço Natural e Socioeconômico. São Paulo: Moderna, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais**: Introdução ao estudo da sociedade internacional global. Atlas, 2010.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **NASA confirma dados da Embrapa sobre área plantada no Brasil**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/30972114/nasa-confirma-dados-da-embrapa-sobre-area-plantada-no-brasil>> Acesso em: 12 set 2022.

BONATO, Rafael Augusto da Cunha. **Análise do processo de securitização da agenda do meio ambiente**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

CORDEIRO, Tiago. Gazeta do Povo (Website). **15.900 Ongs atuam na Amazônia, maior parte delas dedicada à religião**. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/15-900-ongs-atuam-na-amazonia-maior-parte-delas-dedicada-a-religiao/>. Acesso em: 3 out 2022.

COUTO, Aiala Colares. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/25852>. Acesso em: 3 out 2022.

D'ALAMA, Luna. Setembro, 2012. **Brasil é o 2º consumidor mundial de cocaína e derivados, diz estudo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2012/09/brasil-e-o-segundo-maior-consumidor-de-cocaina-e-derivados-diz-estudo.html>. Acesso em: 3 out 2022.

ECEME. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, **Projeto Interdisciplinar do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. Rio de Janeiro, 2014.

EXAME. Sítio Eletrônico. **O que está em jogo na disputa entre governo e ONGs na Amazônia**. Disponível em: <https://exame.com/esg/o-que-esta-em-jogo-na-disputa-entre-governo-e-ongs-na-amazonia/>. Acesso em: 3 out 2022.

FERNANDES, Cláudio. **“Narcoguerrilha”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/narcoguerrilha.htm>. Acesso em: 4 out 2022.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **“Narcotráfico”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/narcotrafico.htm>. Acesso em: 3 out 2022.

FUNDO AMAZÔNIA. Sítio Eletrônico. Disponível em <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>. Acesso em: 3 out 2022.

FLECK, Isabel. **Tráfico explora rota brasileira**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/46065/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 out 2022.

GALHARDO, Ricardo e GIRARDI, Giovana. **Mineração pode atingir 1/3 das áreas indígenas do País**. Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), agosto 2019. Disponível em: <https://www.raisg.org/pt-br/radar>. Artigo publicado no Estado de São Paulo. Acesso em: 11 set 2022.

GONZALEZ, Marco. **Amazônia Legal**: a geologia e a mineração e seus impactos. NotasGeo (website), fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.notasgeo.com.br/2020/02/amazonia-legal-geologia-e-mineracao-e.html>. Acesso em: 11 set 2022.

IBAMA. Sítio eletrônico. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibama/pt-br/acesso-ainformacao/institucional/sobre-o-ibama>>. Acesso em: 12 set 2022.

IBGE. **Amazônia Legal**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=799. Acesso em: 13 set 2022.

ICMbio. Sítio eletrônico. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/protecao1/fiscalizacao-ambiental>>. Acesso em: 12 set 2022.

IMAZON. **Deforestation in the Amazon accumulated by the year 2012**. Fonte INPE/PRODES, 2014. Disponível em: <<https://imazon.org.br/mapas/deforestation-in-theamazon/>>. Acesso em: 12 set 2022.

INPE. Sítio eletrônico. Disponível em: <http://www.inpe.br/institucional/sobre_inpe/missao.php>. Acesso em: 12 set 2022.

IPAM. **Área desmatada a ser queimada em 2020 pode superar os 4,5 mil km²**. IPAM (website), junho 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/area-desmatada-na-amazonia-a-ser-queimada-em-2020-pode-superar-os-45-mil-km2>. Acesso em: 11 set 2022.

ISA. **Novo arco do desmatamento**: fronteira de destruição avança em 2019 na Amazônia. ISA (Website), dezembro 2019. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-arco-do-desmatamento-fronteira-de-destruicao-avanca-em-2019-na-amazonia>. Acesso em: 11 set 2022.

ISA. **Mesmo antes de aprovado, PL da Grilagem está destruindo a Amazônia**. ISA (Website), maio 2021. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mesmo-antes-de-aprovado-pl-da-grilagem-esta-destruindo-a-amazonia>. Acesso em: 11 set 2022.

JUNIOR, Henrique Lúcio da Cruz Peixoto. **A Geopolítica da Amazônia**: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

JUNIOR, Reinaldo. **Mapas de UCs**. ARPA (Áreas de Protegidas da Amazônia), novembro, 2017. Disponível em: <http://arpa.mma.gov.br/mapas-de-ucs/>. Acesso em: 11 set 2022.

LEGNAIOLI, Stella. **Amazônia Legal**: o que é, fatos e importância. Ecycle (website). Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/amazonia-legal>. Acesso em: 11 set 2022.

LEIROS, Marcela. **Pará e Mato Grosso concentram exploração irregular de ouro na Amazônia, mostra estudo**. UOL (website), agosto 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/cenarium/2021/08/05/173724_para-e-mato-grosso-concentram-exploracao-irregular-de-ouro-na-amazonia-mostra-estudo.html. Acesso em: 11 set 2022.

MADEIRO, Carlos. UOL (Website), junho 2022. **Com vigilância frágil, Amazônia vê narcotráfico se aliar ao crime ambiental**. <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2022/06/17/faccoes-se-aliam-ao-crime-ambiental-por-brechas-na-fiscalizacao-da-amazonia>. Acesso em: 3 out 2022.

MENDES, Piraju Borowski; DE MELO, Sérgio Luiz Gomes. **A Amazônia através da mídia**: a formação da opinião pública nacional em longo prazo. Rio de Janeiro: ECEME, 2010.

MIGUEL, Laís Mourão. **Uso sustentável da biodiversidade na Amazônia brasileira:** experiências, atuais e perspectivas das bioindústrias de cosméticos e fitoterápicos. São Paulo: USP, 2007.

NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. **Recursos naturais na região amazônica:** cooperação ou conflito? Recife: UFPE, 2014.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Integração da Pan-Amazônia –** Desafios, Estratégias, Tendências e Reflexos para a Defesa Nacional. Brasília, jun 2013.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Direcionamento Estratégico do Exército para a Defesa e Projeção de Poder do Brasil na Pan-Amazônia.** Brasília, jul 2013.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Cenários de Conflitos do Brasil na Defesa da Amazônia e do Litoral Atlântico.** Brasília, nov 2013.

PEDRO, Antonio Fernando Pinheiro. **Recursos minerais na Amazônia, relativização da soberania e conflitos ambientais.** Ambiente legal (website), agosto 2019. Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/recursos-minerais-na-amazonia-e-o-ilusionismo-ambientalista>. Acesso em: 11 set 2022.

PEREIRA, Andrei Douglas Lauthert. **O papel do Exército Brasileiro na defesa dos recursos naturais estratégicos brasileiros da Amazônia.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2020.

PIMENTA, Sérgio Freire. **A Amazônia sob a ótica do desenvolvimento.** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2002.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. Oeco (Website), Setembro 2019. **Por que, afinal, Noruega e Alemanha doam recursos para o Brasil? O Fundo Amazônia em 10 perguntas e respostas.** Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/por-que-afinal-noruega-e-alemanha-doam-recursos-para-o-brasil-o-fundo-amazonia-em-10-perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 3 out 2022.

PÚBLICA, Fórum de Segurança. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2021.** Disponível em: www.forumseguranca.org.br. Acesso em: 3 out 2022.

RIBEIRO, Aline. O Globo (Website), Dezembro 2020. **Novas cidades entram na rota do narcotráfico na Amazônia.** Fonte: Projeto de Pesquisa Cartografias da Violência na Amazônia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/novas-cidades-entram-na-rota-do-narcotrafico-na-amazonia-1-24786333>. Acesso em: 11 set 2022.

SÁ, Raissa Jennifer da Silva de. **A importância da biodiversidade na Amazônia.** Paragominas: UEPA, 2019.

SANTOS, Breno Augusto. **Recursos minerais da Amazônia.** São Paulo: Revista de Estudos Avançados – USP, 2002.

SANTOS FILHO, José Fernandes Carneiro dos. **As implicações do atual processo de demarcação de terras indígenas para a Defesa Nacional.** Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Carlos Alberto Pinto. **Corredor Triplo A:** A Nova Ameaça à “Soberania Brasileira na Amazônia. DefesaNet (website), fevereiro 2019. Disponível em: <https://www.defesanel.com.br/toa/noticia/32009/CORREDOR-TRIPLO-A-A-Nova-Ameaca-a-“SOBERANIA-BRASILEIRA-NA-AMAZONIA>. Acesso em: 11 set 2022.

SOUZA, Fábio Carballo de. **Agenda ambiental:** o Exército Brasileiro na Amazônia. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

STOCHERO, Tahiane. DefesaNet (Website). **A Guerra das Gangues no Brasil**. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pcc/noticia/24446/A-Guerra-das-Gangues-no-Brasil/>. Acesso em: 13 set 2022.

SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA): 2020-2023**. Belém: SUDAM, 2020.

SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus). **Modelo Zona Franca – História**. Manaus, 2020. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 13 set 2022.

VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; MATTOS, M.; TARIFA, R.; UHL, C. **Logging impacts and prospects for sustainable forest management in an old Amazon frontier: the case of Paragominas**. Forest Ecology and Management, v. 55, p. 169-199. 1992.

VERÍSSIMO, Adalberto. **Estratégia e Mecanismos Financeiros para Florestas Nativas do Brasil**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2006.

VERÍSSIMO, T.; PEREIRA, J.; VERÍSSIMO, A.; MALCHER, L. & PORTO, B. **A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia**. Belém: IMAZON, 2020.

VEJA. Edição 2.209, ano 44, nº 12. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2011a.

VEJA. Edição 2.228, ano 44, nº 31. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2011b.

VEJA. Edição 2.239, ano 44, nº 42. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2011c.

VEJA. Edição 2.250, ano 45, nº 1. Editora Abril. São Paulo: Veja, semanal, 2012.

VIEIRA, I.C.; SILVA, J.M.; TOLEDO, P.M. **Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia**. Revista de Estudos Avançados, vol.19, nº 54, São Paulo: USP, 2005.

TSE. **Pesquisa revela que compra de votos ainda é realidade no país**. TSE (website), atualizado em agosto 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Fevereiro>. Acesso em: 11 set 2022.

ZENDIM, Omar. **As questões ambientais e indígenas na Amazônia: ameaças à soberania nacional**. 2004. 174 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2004.